



# Anais da Assembléia

Nº 165

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

RESOLUÇÃO N° 017/95

DATA: 07.11.95.

SÚMULA: Altera o Memorial Descritivo do Art. 1° da Resolução n° 05/95, (Plebiscito em Areia Branca dos Assis).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 73, da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123, do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica alterado o Memorial Descritivo, do Art. 1° da Resolução n° 05/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Areia Branca dos Assis, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito no Distrito de Areia Branca dos Assis, desmembrado de Mandirituba/Pr, com as seguintes divisas:

Inicia na cabeceira do Arroio Chimboveiro, a margem direita da BR-116, Curitiba/Rio Negro, nas imediações do Km 142,3m desce por este até a foz no Rio Caí, desce por este até sua foz no Rio da Várzea, sobe por este até sua foz do Arroio Passo da Ilha, sobe por este até sua cabeceira mais alta, desse ponto segue por uma estrada municipal na direção geral Norte até encontrar o Rio dos Patos, desce por este até a foz de um afluente a margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto, segue por linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira do Arroio Chimboveiro, ponto de partida.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22.11.95.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 033ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1995  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Algaci Túlio.

Às dezessete horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho

Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Turek, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsato, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Resolução n° 58/95, na Ordem do Dia da Sessão do dia 23.11.95.

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 3457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER dispensa de Redação Final dos Projetos aprovados em 2ª Discussão e que não sofreram emendas.

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 3456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) Sessões, do item 06

(seis), 1.<sup>a</sup> Discussão, do Projeto de Lei n° 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 22.1.95.

(a) ALGACI TÚLIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 430/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 058/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 332.000.000,00 (Trezentos e trinta e dois milhões de dólares Norte-Americanos) para a implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-Estrutura Municipal - Paraná Urbano. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 04 (quatro), de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli, Cezar Silvestri, Beto Richa, Albanor Gomes e José Maria Ferreira, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 430/95

O art. 5° do Projeto de Lei n° 430/95, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5° - Os recursos oriundos das operações de crédito externo autorizadas pela presente Lei, bem como o resultado de sua aplicação e retorno integrarão o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, na forma da Lei n° 8.917, de 15 de dezembro de 1988".

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: Renato Adur, Emerson Nerone, Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Angelo Vanhoni, Irondi Pugliesi, Doutor Rosinha, Durval Amaral.

#### JUSTIFICATIVA:

O art. 1° do Projeto de Lei em referência prevê a contratação de empréstimos de duas instituições financeiras internacionais, até o valor de US\$ 332.000.000,00 (Trezentos e trinta e dois milhões de dó-

lares).

Deste montante, US\$ 249.000.000,00 serão tomados junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e US\$ 83.000.000,00, junto ao OECF (The Overseas Economic Corporation Fund Of Japan).

Ocorre que o art. 5°, que ora se pretende modificar, prevê, apenas, a aplicação dos recursos provenientes do BID, no fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano FDU, não fazendo qualquer menção aos 83 milhões de dólares contratados junto à Instituição Japonesa.

Diante de tal omissão faz-se necessária a presente emenda, para que tal importância não fique sem destinação específica e, portanto, disponível para ser aplicada em qualquer outra finalidade, que não a prevista no presente plano de lei.

#### SUBEMENDA MODIFICATIVA DA C.C.J., DE N° 02

O Art. 3°, do Projeto de Lei n° 430/95, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3° - "Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo, para tanto, vincular as quotas - partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no art. 159 da Constituição Federal, observadas suas vinculações".

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Apoio: Carlos Simões, Caíto Quintana, Irineu Colombo, Toti Colaço, Péricles Mello, Irondi Pugliesi, Renato Adur, Dr. Rosinha e Emerson Nerone.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

Art. 1° - O Art. 2° do Anteprojeto de Lei n° 430/95, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2° - Os prazos para amortização e carência, os juros e taxas adicionais referentes aos financiamentos a serem contratados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos financeiros e órgãos encarregados da política econômica-financeira da União, as mesmas condições serão repassadas ao mutuário final."

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(aa) CEZAR SILVESTRI  
BETO RICHIA

Apoio: Ricardo Chab, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Joel Coimbra e Albanor Gomes.

#### JUSTIFICATIVA:

A Emenda em questão acresce o seguinte, ao final do art. 2º: "as mesmas condições serão repassadas ao mutuário final".

O Estado do Paraná contrata empréstimos junto aos Organismos Internacionais, visando repassar estes recursos, através de empréstimos aos Municípios do Estado.

Em razão das condições que detém o Estado na negociação de prazos para amortização e carência, juros e taxas adicionais referentes aos financiamentos contratados, por uma questão de justiça, os mesmos benefícios alcançados pelo Estado devem ser repassados aos mutuários finais - os Municípios.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 04

O Art. 5º do Projeto de Lei n° 430/95, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Os recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do The Overseas Economic Corporation Fund of Japan - OECF, bem como os resultados de suas aplicações e retornos integrarão o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, na forma da Lei n° 8.917, de 15 de Dezembro de 1988".

Parágrafo Único - O Poder Executivo repassará os recursos provenientes do BID e do OECF ao Fundo de Desenvolvimento Urbano em 48 horas, e os demais recursos que constituem as receitas do FDU em 10 (dez) dias.

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(aa) ALBANOR GOMES

JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoio: Cezar Silvestri, Durval Amaral e Ricardo Chab.

O projeto retorna à Comissão de Justiça que deverá devolvê-lo no prazo de 48 horas.

O projeto está em regime de urgência.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 432/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 060/95 que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento - BIRD, para financiamentos de parte do projeto 12 meses, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto Emendas de Plenário de n°s. 01 e 02 de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Luiz Claudio Romanelli, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01 PROJETO DE LEI N° 432/95

Inclua-se onde couber:

"Os recursos oriundos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, bem como o resultado de sua aplicação e retorno, integrarão o Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, instituído pela Lei n° 823 de 30.11.51 e regulamentado pelo Decreto n° 3.624 de 19.03.81".

Sala das Sessões, em 21.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Cezar Silvestri, Toti Colaço e Nelson Justus.

#### JUSTIFICATIVA:

O FEAP tem como objetivo propiciar a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, condições de apoio direto e imediato aos produtores e a produção paranaense, sendo um item de extrema importância no gerenciamento das principais questões agrícolas do Estado. Com o aporte de recursos oriundos das operações de crédito, o FEAP terá condições de conceder melhor atendimento à agricultura paranaense, cumprindo de melhor forma os objetivos de sua criação.

#### SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA DA C.C.J. DE PLENÁRIO, DE N° 02 PROJETO DE LEI N° 432/95

O Art. 2º, do Projeto de Lei n° 432/95, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - "Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo, para tanto, vincular as quotas - partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no art. 159 da Constituição Federal, observadas suas vinculações".

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Apoio: Carlos Simões, Caíto Quintana, Irineu Colombo, Toti Colaço, Péricles Mello, Irondi Pugliesi, Renato Adur, Dr. Rosinha e Emerson Nerone.

O projeto retorna à Comissão de Justiça por 48 horas.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 436/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/95 que transforma no quadro próprio do magistério, 10.000 cargos do grupo ocupacional professor MPP - 100, Classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo grupo, classe "D", nível de vencimento 4. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE UR-

GÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01 de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Dr. Rosinha e demais Srs. Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 436/95**

Substitui o art. 1º do Plano em epígrafe pela seguinte redação:

Art. 1º - Os 10.000 (dez mil) cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP 100, após concurso público serão transformados em cargos de acordo com maior qualificação do professor, aos termos do art. 39 da Lei Federal nº 5.692 de 11.08.71, para efeito de enquadramento e posse sob tabela de vencimento do Quadro Próprio do Magistério.

Sala das Sessões, em 22.11.95

(aa) ÂNGELO VANHONI  
EMERSON NERONE  
DOUTOR ROSINHA  
IRINEU COLOMBO  
PÉRICLES DE MELLO  
CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa correção jurídica do projeto em exame, posto que o mesmo afronta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei sob nº 5.692 de 11.08.71, em seu art. 3º. Este dispositivo determina:

"Art. 39 - Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, sem distinção de graus escolares em que atuem."

Logo, o professor aprovado em concurso público, como é o objeto da lei deve ser enquadrado de acordo com sua maior qualificação, independente do grau de ensino que atua. E por este maior aperfeiçoamento deve receber remuneração condizente.

Remuneração, aliás, menor que a recebida em decorrência da aprovação em teste seletivo.

Destarte, o professor, aprovado em concurso público, vai continuar recebendo aquilo do que recebia quando exercia sua função, através do referido teste. Portanto, a presente emenda não implica em maiores despesas para o Estado, apenas adequa a lei vigente e evita o ônus de uma futura ação judicial.

O projeto retorna à Comissão de Justiça por 48 horas.

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/95, de autoria dos Deputados Duílio

Genari, Albanor Gomes e Ricardo Chab, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita para que a população decida sobre a criação do Município de Ferraria desmembrado do Município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. Em discussão.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Nova Olímpia, Júlio Pradella, Nelson Mattos e Ademir José da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Encerrada a discussão.

Em votação a Emenda, de autoria da Bancada do PT e outros Deputados.

Os Deputados que aprovam a emenda...

O SR. DUÍLIO GENARI (Para Encaminhar) - Só gostaria de dizer que essa emenda é inconstitucional e foi rejeitada pela Comissão de Justiça. Peço aos Deputados votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

**Rejeitada.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Resolução 41/95, queiram levantar-se.

09 (nove) aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

29 (vinte e nove) rejeitam.

**Rejeitado.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 060/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o memorial descritivo do Art. 1º da Resolução nº 05/95. (Plebiscito em Areia Branca dos Assis). **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que equipara a Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR à órgão oficial de pesquisa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E CONTRÁRIO DA C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. FAVORÁVEL DA C.E.C.E.. (Publ. no D. A. nº 67, de 12.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 216/95

**P A R E C E R:**

Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, equiparar a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a órgão oficial de pesquisa, para os efeitos do disposto na alínea "c" do § 3º do artigo 1º da Lei 7.827 de 29 de dezembro de 1983.

A Lei 7.827/83, em seu artigo 1º, § 3º "c", dispõe que a indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulantes do cadastramento perante a Secretaria de Agricultura e Secretaria do Interior "apresentará, obrigatoriamente, ao cadastrá-lo, cópia do relatório da Instituição Oficial de Pesquisa que desenvolveu os ensaios de campo para as indicações de uso e doses recomendadas por cultura do produto registrado no Ministério da Agricultura...".

O presente projeto de lei pretende equiparar, ou seja, igualar a OCEPAR a órgão oficial de pesquisa.

É o relatório.

**PARECER**

Embora seja procedente a preocupação do Nobre Deputado em credenciar a OCEPAR como órgão oficial de pesquisa, e em que pese ser a OCEPAR entidade declarada de utilidade pública e de reconhecida idoneidade técnica, não encontramos embasamento legal para o presente projeto de lei.

Encontramos, sim, um óbice constitucional à sua normal tramitação. A Constituição Estadual dispõe:

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

...  
XVII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição.

Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

...  
XXI - autorizar convênios a serem celebrados pelo Governador do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

O projeto deveria ser no sentido de autorizar o Governo do Estado a celebrar convênio com a OCEPAR, para que esta atue como órgão oficial de pesquisa. Desta forma, o convênio pode facilmente ser cancelado a qualquer momento, de acordo com a conveniência administrativa do Estado, ao passo que a revogação de uma lei ensejaria maiores dificuldades.

O parecer é, portanto, favorável de acordo com a emenda a ele apresentada, que transforma-o em projeto autorizatório.

Sala das Comissões, em 10.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 216/95**

**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR à órgão oficial de pesquisa.

Entendemos que a OCEPAR, por mais que seja reconhecida a sua atuação, não compete a ela como entidade atuar no campo dos órgãos oficiais de pesquisas. Pois as suas atribuições voltam-se para os interesses de seus associados.

Neste sentido apoiamos a emenda substitutiva geral do Projeto de Lei n° 216/95 de autoria do Deputado Edgard Bueno.

Nosso parecer é contrário ao Projeto e favorável ao substitutivo.

Sala das Comissões, em 01.11.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Presidente e Relator

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI N° 216/95**

Art. 1º - Fica o Governo do Estado, de acordo com os arts. 87, XVII e 54, XXI, da Constituição Estadual, e para os fins do disposto na alínea "c" do § 3º do artigo 1º da Lei 2.827 de 29/12/93, autorizado a celebrar convênio com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, para que esta possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) EDGAR BUENO

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei n° 216/95, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 216/95, por 5 (cinco) Sessões.

**O projeto irá à Comissão.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 3457, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3458, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às 10:00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 230, 376 e 406/95.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 431 e 433/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 476/95,  
e dos Projetos de Resolução n°s 057 e 058/95.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Élio Rusch, Florisvaldo Fier, Albanor Gomes, Orlando Pessuti e Nelson Justus. O Sr. Presidente coloca a Ata da reunião anterior em votação, a qual é aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 428/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 56/95. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 385/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Relator Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 223/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 221/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. A seguir o Sr. Deputado Albanor Gomes diz não ter elaborado o Parecer ao Projeto de Lei n° 431/95, de autoria do Poder Executivo, pois trata-se de matéria importante e não possuímos dados para fazer o Parecer. Sugerimos, inclusive, Sr. Presidente, que seja convidado o Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Cassio Taniguchi, para prestar esclarecimentos a respeito da matéria. O Sr. Presidente aproveita o ensejo e esclarece aos membros da Comissão que convidou o Sr.

Secretário, para fazer amanhã, dia 09 do corrente, às 11:00 horas, uma explanação sobre este Projeto e outros similares. Informa, ainda, que tal reunião será no Plenarinho desta Casa de Leis. Na sequência, o Sr. Deputado Florisvaldo Fier, passa às mãos do Sr. Presidente, o Ofício n° 132/95, no qual pede a prorrogação por mais sessenta dias para estudar a documentação ali especificada. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Albanor Gomes, Élio Rusch, Orlando Pessuti e Nelson Justus. Não havendo expediente a ser lido, somente a Ata da Reunião anterior, para ser aprovada. O Presidente coloca em votação. A mesma já foi distribuída aos Srs. Deputados. O Sr. Deputado Albanor Gomes, fazendo uso da palavra, pede que se faça uma retificação na Ata. Pois eu disse que faltavam dados para fazer o Parecer ao Projeto de Lei n° 431/95, e não que me faltou tempo para elaborar o Parecer. O Senhor Presidente que se proceda a retificação. Passou-se em seguida à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 431/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem N° 59/95. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com a Emenda apresentada pela C.C.J.; 02) Projeto de Lei n° 432/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 60/95. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com a Emenda apresentada pela C.C.J.; 03) Projeto de Lei n° 433/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 61/95. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com a Emenda apresentada pela C.C.J.; 04) Projeto de Lei n° 430/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 58/95. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com a Emenda apresentada pela C.C.J.. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Wilson Penka - Secretário